



DIREÇÃO: José Mattoso

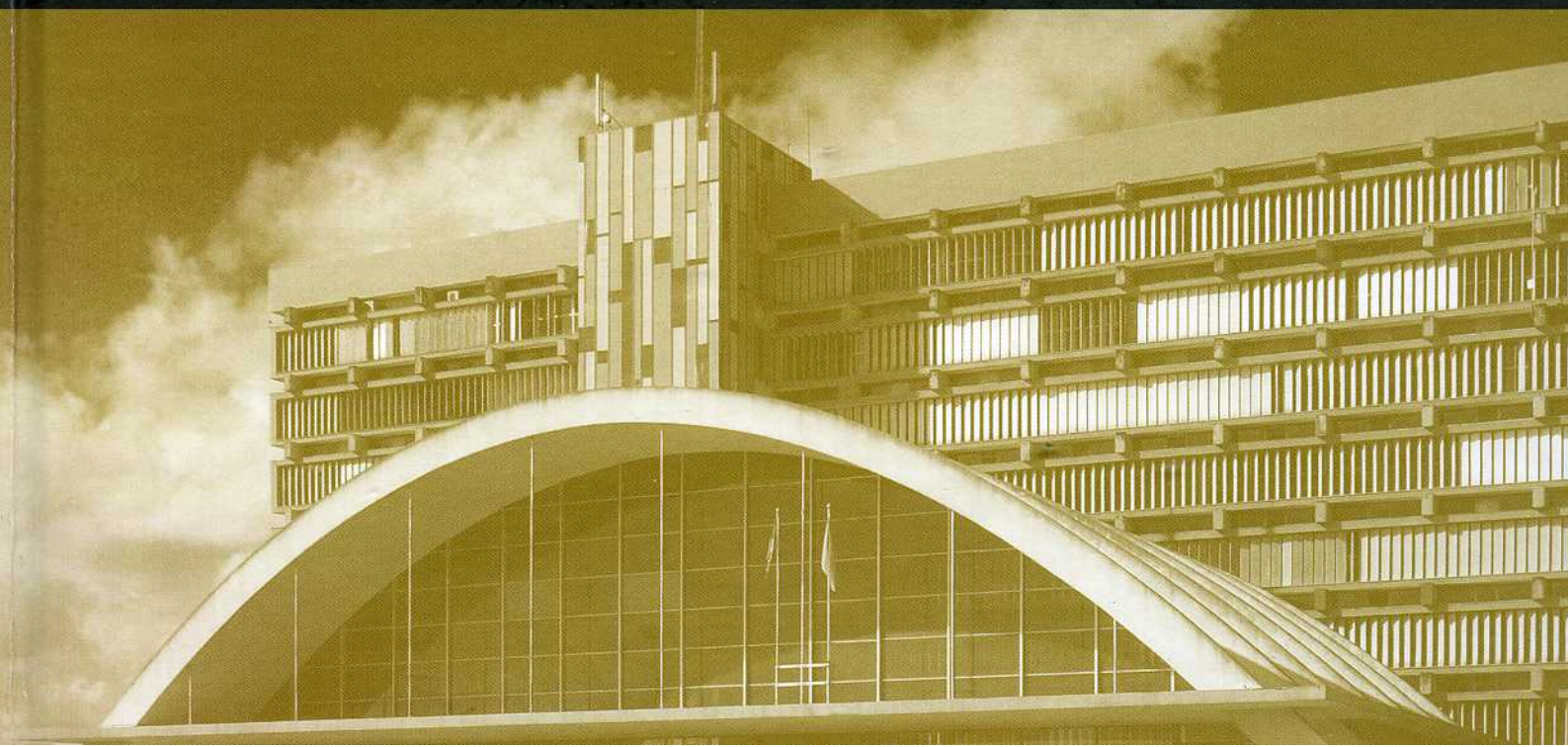
ÁFRICA
MAR VERMELHO
GOLFO PÉRSICO

PATRIMÓNIO
DE ORIGEM
PORTUGUESA
NO MUNDO

arquitetura e urbanismo



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN



El Jadida [Mazagão] (MARROCOS)

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E URBANISMO

Entre os locais ocupados pelos portugueses na costa do Norte de África, a vila-fortaleza de Mazagão possui um lugar de destaque, constituindo um notável testemunho de arquitetura militar e cidade do Renascimento durante a expansão portuguesa. Hoje inserido na cidade de El Jadida, o conjunto é o elemento fulcral da estrutura e identidade urbanas desta.

Podemos considerar quatro períodos fundamentais da sua história. O primeiro, de finais do século xv a 1514, corresponde ao período em que os portugueses começam a frequentar o local, como porto de comércio e de embarque de cereais, na dependência de Azamor. No segundo, de 1514 a 1541, Mazagão tem a configuração de uma pequena povoação acastelada, ainda ligada a Azamor, mas adquirindo gradual importância e independência. O terceiro, de 1541 a 1769, inicia-se com a construção da fortaleza abaluartada e respectiva estrutura urbana, prolongando-se por mais de dois séculos de presença portuguesa até ao momento da retirada, quando o conjunto é sujeito a um significativo grau de destruição. O quarto período, de 1769 até nossos dias, corresponde à ocupação, apropriação e transformação do conjunto pelos seus novos habitantes, de acordo com as suas necessidades e particularidades culturais.

Do ponto de vista metodológico – tendo em conta a particularidade do percurso histórico do conjunto e as limitações da documentação existente – a abordagem a esta cidade parte de uma análise arquitetónica das próprias estruturas construídas hoje existentes, complementada pelas fontes escritas e gráficas de que temos conhecimento. Entre as fontes gráficas destacamos dois documentos, pelo rigor e interesse da sua informação: a *Planta* de 1611, depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Farinha, 1987) e a *Planta* de c. 1720, da autoria de Simão dos Santos, depositada no Instituto Português de Cartografia e Cadastro (Farinha, 1970).

Situado na Duquela, cerca de quinze quilómetros a sudoeste de Azamor, o local de Mazagão começou a ser utilizado pelos portugueses no final do século xv como local de comércio e de carregamento de trigo. Ao contrário de Azamor – que apresentava a desvantagem de possuir uma má ligação, através da barra assoreada e difícil de percorrer do Rio Umme Arrebia – o lugar de Mazagão, aberto para uma ampla baía e com fácil acesso ao mar, possuía boas características para ser utilizado como porto. Em 1513, dá-se a conquista de Azamor e de Mazagão por D. Jaime, duque de Bragança. Após o feito, D. Jaime escreveu ao rei D. Manuel,



Rua da Cadeia
Foto: João Barros
Matos

dando-lhe conta da necessidade de construção de uma fortaleza no lugar de Mazagão, de modo a assegurar as relações marítimas de Azamor. Para além da vantagem de reforçar a proteção da baía e o acesso à cidade de Azamor, o próprio desenvolvimento das relações comerciais no sítio de Mazagão tornava desejável a criação de uma fortificação que permitisse usufruir do porto em segurança.

Entre 1514 e 1541, Mazagão foi uma pequena povoação, constituída pelo castelo manuelino, perto do qual – entre sudoeste e noroeste – se implantava um pequeno aglomerado de construções, que se terá desenvolvido ao longo dos anos, absorvendo o aumento significativo da população da praça.

Os planos de Benedetto da Ravena para a estrutura fortificada continham certamente intenções referentes à estrutura urbana, mas não incluíam o desenho detalhado do tecido urbano (carta de D. João III a Luís Loureiro). O planeamento da malha urbana poderá ter sido realizado por Miguel de Arruda, tendo em conta as indicações deixadas por Benedetto da Ravena, e sujeito a adaptações realizadas durante o período que durou a construção. A primeira cidade ideal do Renascimento fora da Europa, como a define Rafael Moreira, foi pensada como um todo, num processo de concepção moderno e inovador. Nesse sentido, podemos encontrar afinidades com a cidade idealizada renascentista, na tradição de Alberti. Para além de questões estritamente relacionadas com a defesa militar, a estrutura da vila foi alvo de um planeamento racional como resposta a questões específicas de concepção urbana, como os acessos, a estrutura de circulação interior, as ligações entre perímetro fortificado e tecido urbano, a definição de espaços urbanos, a separação entre zonas funcionais, a localização e escala dos edifícios públicos repre-

sentativos, a morfologia dos quarteirões ou a definição de infraestruturas. O plano do conjunto deveria ainda assegurar um imprescindível grau de autosustentabilidade em relação ao exterior – que se vai refletir, por exemplo, na dimensão da Cisterna.

São escassos os elementos relativos à malha urbana construída na sequência da conclusão do perímetro abaluartado. Para além da própria estrutura construída existente, submetida a transformações significativas nos últimos dois séculos, restam-nos as fontes gráficas, embora posteriores à data de início da construção. Com pouco mais de cinco hectares, o polígono que limita a malha urbana corresponde ao próprio perímetro fortificado. A racionalidade do conjunto começa na decisão de integrar o preexistente castelo na zona central da nova estrutura urbana, com uma planta de desenho equilibrado, em que o perímetro fortificado se implanta relativamente mais avançado na direção do mar. O castelo, transformado no edifício da Cisterna, passa a constituir o elemento fulcral e estruturante do tecido urbano, à volta do qual este se organiza. Cerca de metade da estrutura foi construída para lá da linha de costa, já dentro do mar, com as consequentes dificuldades de execução das bases das muralhas – assentes diretamente na rocha – e do aterro de uma enorme área, no interior do perímetro, antes submersa. O tecido urbano relaciona-se e adapta-se à forma do perímetro. A organização de ruas e quarteirões parte de uma malha ortogonal paralela ao edifício da Cisterna, articulando-se com relações de paralelismo e perpendicularidade em relação às direções do próprio perímetro fortificado. Podemos encontrar diversas relações geométricas estruturantes da malha urbana. Como acontece com a definição dos eixos longitudinal e transversal, constituídos pela Rua da Carreira e

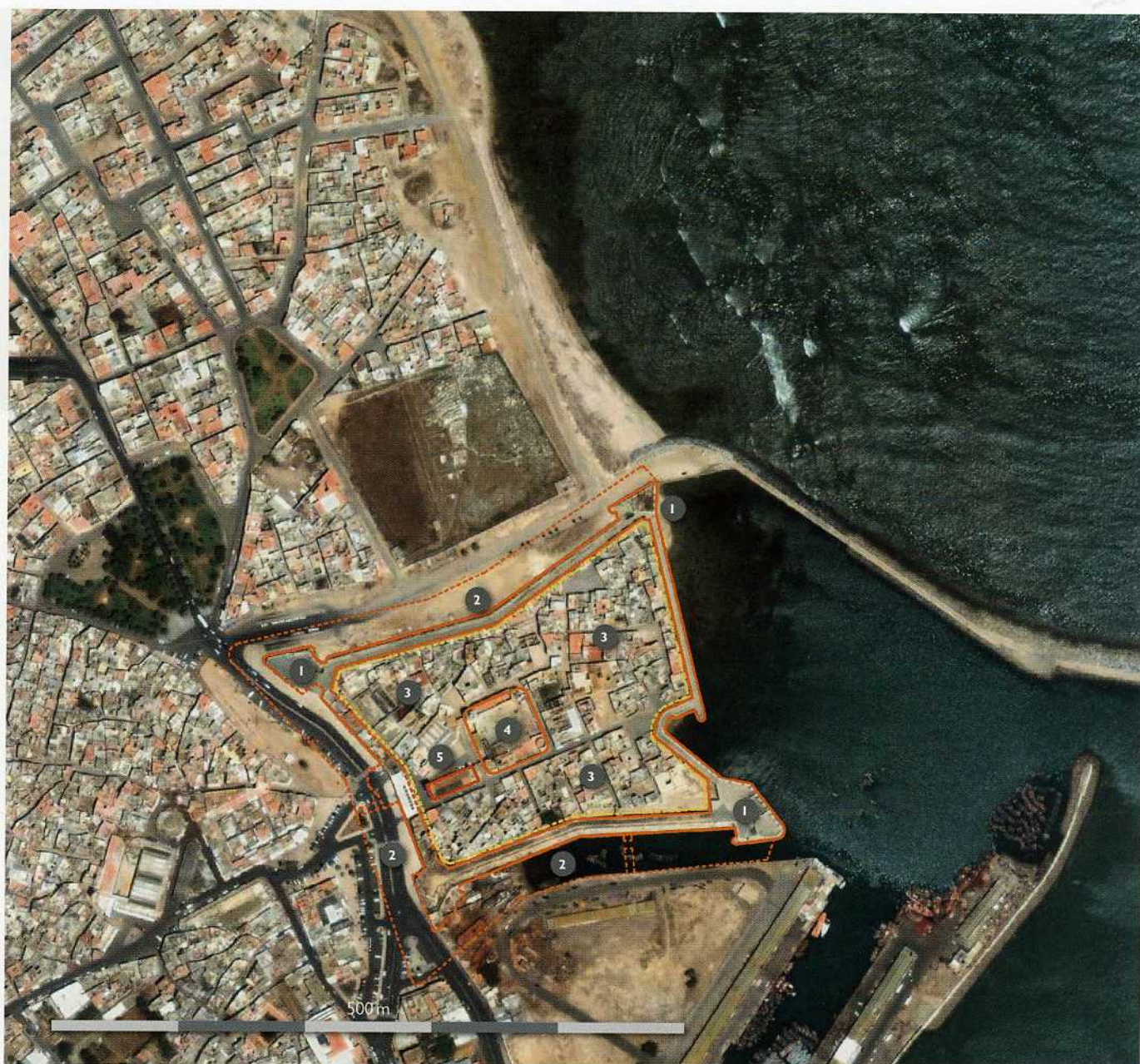
pela Rua Direita; com a coincidência entre a quebra, em ângulo, da cortina sul e o extremo da Rua dos Celeiros, tangente ao edifício da Cisterna. Em termos de distribuição funcional encontramos a concentração central de um núcleo de edifícios públicos representativos em volta da praça de armas, e uma malha de quarteirões com edifícios essencialmente residenciais distribuída pela restante estrutura.

No entanto, esta estrutura urbana idealizada, assente numa organização regular e geométrica dos espaços, parece ter sido parcialmente submetida à decisão de manter e integrar elementos de uma malha urbana preexistente, não planeada. Algumas casas foram demolidas por volta de janeiro de 1542, para a construção do muro fortificado, o que leva a crer que outras tenham sido mantidas no interior do perímetro – provavelmente junto ao Baluarte do Espírito Santo – pelo menos num primeiro momento. Os quarteirões a noroeste do edifício da Cisterna, na zona que se prolongava até ao poço, e a sudoeste na proximidade do Baluarte do Espírito Santo, apresentam uma certa irregularidade, aparentemente relacionada com a sujeição da malha a preexistências. Por outro lado, a morfologia dos quarteirões nordeste e sudeste, em zona atulhada e conquistada ao mar, apresenta uma maior regularidade. Parece provável que parte da pequena estrutura urbana existente, não planeada, tenha sido inserida no novo tecido. A regularidade própria de um plano parece ainda ter sido perturbada pelo próprio processo de construção, que se terá prolongado no tempo. Apesar das fortes intenções estruturantes, parece ter havido uma certa flexibilidade na aplicação da regra a questões práticas e particulares.

A entrada na vila desde o lado da terra, realizada através do Baluarte do Governador, conduzia direta-

Vista aérea da vila-fortaleza
Foto: João Barros Matos





mente ao terreiro que constituía a praça de armas. À esquerda, encontrava-se o Palácio do Governador, símbolo do poder real, à direita a Igreja Matriz e em frente, incluída no edifício da Cisterna, a Misericórdia, instituição que gozava uma situação de privilégio. De acordo com Rafael Moreira, na forma trapezoidal da praça podíamos encontrar o uso da perspectiva como meio de acentuar a ilusão de profundidade. Sobre o reparo era possível percorrer todo o perímetro fortificado, localizando-se as ligações à malha urbana sempre a meio de cada fachada. Todos os edifícios da vila tinham uma altura inferior à da muralha, evitando ser alvo da artilharia inimiga.

Com as primeiras obras de reconstrução, em 1821, quando se instalou na vila uma comunidade judia,

iniciou-se um processo de transformação da estrutura urbana por parte dos novos habitantes. Num processo de apropriação característico da cultura muçulmana, muitas ruas sofreram alterações, sendo algumas parcialmente conquistadas pelos edifícios particulares, e outras transformadas em becos. Algumas unidades habitacionais foram agrupadas, outras fracionadas. Acrescentaram-se pisos mais elevados em muitas habitações e foram realizadas construções em ponte ao nível do primeiro piso. A malha urbana perdeu em parte a sua regularidade, adquirindo um carácter um pouco labiríntico, que associamos à estrutura característica de uma medina. Desapareceu o Palácio do Governador, sendo construída no seu lugar a mesquita – que se prolonga, em parte, por cima da antiga praça.

- Mazagão
1. Fortaleza abaluartada
 2. Fosso
 3. Malha urbana
 4. Castelo manuelino e cisterna
 5. Igreja de Nossa Senhora da Assunção

Foi destruído o edifício da Misericórdia, tendo ficado à vista o muro que corresponde à antiga cortina sudeste do castelo. A vila ganhou um novo carácter, ligado à cultura e hábitos de vida dos seus novos habitantes. (JBM)

ARQUITETURA MILITAR

> CASTELO

Da autoria dos irmãos Diogo e Francisco de Arruda, o Castelo começou a ser construído em finais de maio de 1514, devendo os trabalhos estar bastante avançados em agosto. Implantado sobre a plataforma rochosa, no limite da praia que se prolonga até à foz do Rio Umme Arrebia, é constituído por uma estrutura quadrada, com cerca de quarenta metros de largura, completada por quatro torres cilíndricas, uma em cada ângulo: a Torre da Boreja, a Torre da Cegonha, a Torre do Rebate e a Torre da Cadeia. A Torre da Boreja, com cerca de dez metros de diâmetro, era coroada por um sistema de reentrâncias (conforme fotografia de 1917), semelhantes às que encontramos na Torre de São Cristóvão em Azamor, destinadas ao tiro mergulhante de proteção da base. As outras torres, com um diâmetro semelhante, seriam provavelmente coroadas por largos merlões. As cortinas, com uma espessura de cerca de três metros, possuíam parapeito e adarve. Tudo indica que a porta do castelo correspondia ao vão da atual porta de acesso à Cisterna – com cantaria, fresta para grade de ferro e gonzos recortados na pedra –, claramente anterior às obras de 1541. No interior do recinto, encontrava-se o pátio central, onde provavelmente um conjunto de construções se adossava aos paramentos da muralha. Em 1517 não existia ainda fosso à volta do conjunto, estando este a ser aberto, na rocha, no ano seguinte. Junto ao Castelo, implantava-se um pequeno aglomerado de construções, possivelmente cercado por muro, que terá sofrido um significativo desenvolvimento ao longo dos anos. (JBM)

> CISTERNA

Em 1541, durante os árduos trabalhos de construção da nova fortaleza, o castelo serviu de apoio ao grande número de soldados e pedreiros que se encontrava na praça, fazendo parte de um sistema de proteção que incluía os meios navais estacionados frente à vila. Após o encerramento do perímetro abaluartado, já sem função defensiva, o castelo foi completamente reformulado e adaptado a novas funções. Terão sido demolidas as construções existentes no seu interior e aprofundada a escavação do maciço rochoso que constituía o solo, para a construção da Cisterna; uma extraordinária sala abobadada, aproximadamente qua-



Cisterna portuguesa
Foto: Maria
Fernanda Matias

drada, com cerca de trinta e quatro metros de lado, limitada pelos muros da antiga muralha. O sistema de abóbadas assenta numa malha de pilares de pedra aparelhada, composta por filas de pilares retangulares e filas de colunas de secção circular. De cada capitel partem oito nervuras, que se entrelaçam no alto de cada arco. A estrutura de pilares retangulares define um retângulo, no centro do qual, inserida na abóbada central, se abre a boca da Cisterna, um círculo com cerca de três metros e meio de diâmetro. No terraço, através desta boca, era retirada a água para consumo e provavelmente recolhida a água das chuvas. Segundo a *Planta* de 1611, de origem, a alimentação da Cisterna era realizada através de um cano proveniente do exterior do perímetro abaluartado, que atravessava o fosso junto ao Baluarte de Santo António, demolido durante o cerco de 1562. Analisando a planta do interior da Cisterna, e tendo em conta a erudição da obra, a estrutura composta pelos robustos pilares de secção quadrada parece ter sido concebida de modo a relacionar-se com uma estrutura regular do terraço que seria construído sobre ela. Um terraço cujos limites deveriam coincidir com os alinhamentos das colunas de secção quadrada, localizando-se a boca da Cisterna rigorosamente no seu centro geométrico. No entanto, o pátio que foi construído ocupa a área correspondente a todo o perímetro da Cisterna, sem relação direta com esta estrutura. Tal parece indicar que, no decorrer da obra, após a construção da Cisterna o projeto seguido terá sofrido alterações, o que pode estar relacionado com a alteração do arquiteto responsável.

Junto às quatro faces exteriores das cortinas, no espaço entre os torreões cilíndricos, foram realizadas novas construções. No conjunto sudoeste, instalou-se a Casa da Misericórdia, com o seu Hospital e Igreja. Nos conjuntos sudeste, nordeste e noroeste instalaram-se diversas funções, como celeiros, armazéns e prisão. Portas e janelas foram realizadas com robustas canta-

rias de pedra calcária aparelhada. No interior, ao nível do piso térreo, foram construídas salas abobadadas com nervuras e escudos em pedra – algumas das quais ainda existem. As torres transformaram-se em celeiros e depósitos de pólvora. O acesso de serviço ao interior da Cisterna passou a realizar-se através de uma porta aberta no muro sudoeste, a eixo com a boca da Cisterna. No interior, a porta era servida pela escada, ainda hoje existente. A pedra utilizada na construção dos elementos aparelhados é um calcário de boa qualidade, semelhante ao utilizado nos elementos de pedra aparelhada da fortificação abaluartada, que será proveniente de pedra que existia na proximidade.

Após a retirada dos portugueses, a praça permaneceu encerrada durante algumas décadas. Cerca de cinquenta anos depois, por volta de 1821, os marroquinos iniciaram os trabalhos de reconstrução. Sob as ordens de Sidi Mohammed Ben Ettayeb foram realizadas obras de reconstrução da muralha e dos edifícios da vila. Ao longo dos séculos XIX e XX, o conjunto Castelo e Cisterna sofreu intervenções de diversos tipos, que vão transformar em grande parte as estruturas construídas pelos portugueses. À exceção do interior da Cisterna, todo o conjunto foi alvo de grandes transformações. O facto de a sala da Cisterna ter servido como depósito do esgoto das habitações durante várias décadas contribuiu para evitar a sua destruição. A Torre da Boreja terá sido demolida por volta de 1914, para a construção de um edifício de habitação. Anos mais tarde, provavelmente ainda durante o período do protetorado francês, terá sido construído o corpo cilíndrico que simula a antiga torre, onde hoje funciona o posto da polícia. A Torre do Rebate foi parcialmente destruída, alterada e adaptada a minarete da mesquita por volta de 1879. As torres das Cegonhas e da Cadeia conservam parte da estrutura da construção que se seguiu a 1541, como é o caso de parte das escadas exteriores. Ao longo dos anos, os edifícios construídos nas quatro faces, entre torreões, sofrem transformações e sucessivas adaptações. Durante a primeira metade do século XX são demolidas as construções frente à cortina sudoeste, correspondentes ao antigo edifício da Misericórdia, com a respectiva Igreja e Hospital. Nesta altura, terá sido reaberta a antiga porta do Castelo, através da qual se realiza hoje o acesso à Cisterna. Nas últimas décadas, foi aplicada sobre o conjunto uma espessa camada uniforme de reboco cimentício acastanhado, com acabamento rugoso. As muitas obras populares de adaptação sofridas durante os séculos XIX e XX, assim como algumas intervenções de recuperação sem clara orientação arquitetónica nem estratégia global, conduziram ao aspecto desolador que caracteriza hoje o conjunto. No entanto, no seu inte-

rior, o espaço da Cisterna – eleito por Orson Wells para a filmagem de *Othello* – mantém um excepcional encanto e continua a constituir um testemunho de rara beleza de arquitetura do Renascimento construída durante a expansão portuguesa. Longe da sua antiga função, a Cisterna é hoje uma sala com um ambiente único e surpreendente, marcado pela qualidade do seu espaço e a solidez da sua construção. Um espaço de concepção erudita, onde adquirem forte intensidade alguns dos elementos mais essenciais da arquitetura de todos os tempos: a matéria, a luz, o som, o tempo. (JBM)

> FORTALEZA

Após o duro golpe para o prestígio das forças portuguesas que constituiu a perda da praça de Santa Cruz do Cabo de Gué, em março de 1541, D. João III vê-se obrigado a definir rapidamente uma nova estratégia para a presença portuguesa no Norte de África. Apesar da fragilidade defensiva das praças portuguesas do sul de Marrocos e da impossibilidade prática de serem transformadas e adaptadas às novas necessidades de defesa, em relação à moderna artilharia, o rei não quis abdicar por completo da presença nesta região. Desejando-se conservar uma base de operações no sul de Marrocos, foi decidido concentrar os esforços na construção de uma nova estrutura fortificada no lugar do Castelo de Mazagão. O sítio que algumas décadas antes havia sido escolhido para a construção do castelo pela sua localização junto à ampla baía e fácil acesso de mar reunia boas condições para a implantação de uma estrutura fortificada de grandes dimensões sobre a ampla plataforma rochosa existente. Num momento em

Fortaleza
(frente nascente
e Calheta)
Foto: João Barros
Matos



que a ameaça árabe era particularmente temida, a presença do pequeno castelo irá ter um papel importante no sistema de defesa durante os árduos trabalhos de construção, antes que seja possível encerrar o perímetro da nova fortaleza. Mazagão será uma vila-fortaleza projetada de acordo com os princípios mais avançados do sistema de fortificação abaluartada, adaptada a resistir às mais modernas técnicas de armas de fogo.

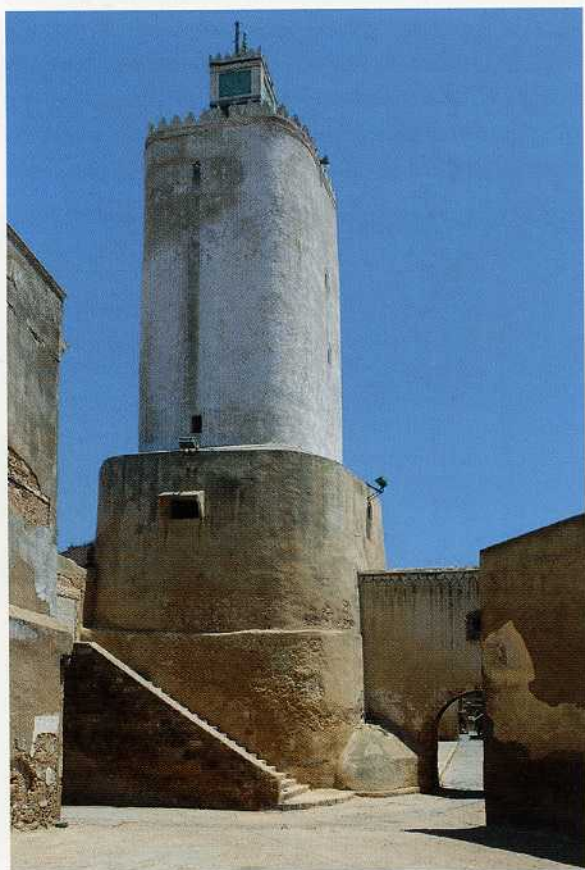
Uma vez tomada a decisão de realizar a nova fortificação, tudo aconteceu com grande rapidez. Em março de 1541 D. João III nomeou como governador da praça Luís de Loureiro, soldado experimentado na guerra de África, que acompanhou os trabalhos da fortificação, ao comando das operações militares. Em maio de 1541, o arquiteto Diogo de Torralva esteve em Mazagão, encarregado de contactar os comandantes militares e navais locais, com o objetivo de estudar o local onde se iria erguer a fortaleza. É possível que os desenhos e o modelo entretanto realizados por Francisco de Holanda tenham tido uma influência na concepção da fortaleza, no mínimo no que se refere à escala e localização do conjunto. Por volta de finais de junho, Benedetto da Ravenna – arquiteto italiano que havia muito trabalhava para o imperador Carlos V, aqui pontualmente ao serviço de D. João III – visitou a praça na companhia de Miguel de Arruda, onde confirmou o local de implantação e traçou os planos da nova fortaleza. Em julho, João

de Castilho e João Ribeiro chegaram a Mazagão, onde asseguraram a direção das obras à frente de mais de mil homens. O receio de um ataque por parte do Xerife Mulei Mohâmede Xeque levou à presença de uma forte guarnição apoiada por uma armada estacionada na baía, que assegura a segurança dos trabalhos. A insegurança do território complicava as atividades e reduzia as horas úteis de trabalho. Também as construções existentes eram insuficientes para alojar e satisfazer as necessidades da população, constituída na sua grande parte por pedreiros e soldados. Apesar das difíceis condições em que se processaram, os trabalhos avançam com rapidez. Em dezembro de 1542, o governador Luís de Loureiro escreveu ao rei, informando-o de que as muralhas estavam acabadas e que dois terços das obras podiam dar-se por concluídas. Os trabalhos continuarão, mas agora já sob a proteção do perímetro fortificado.

Em março de 1562, o exército de Mulei Abdalá, filho de Mulei Mohâmede Xeque, efetivou um primeiro cerco à praça, que durará três meses e ao qual os portugueses irão resistir. O poder dos mouros continuou a crescer, encontrando-se mais unificados e possuindo maior capacidade de fogo. Com o abandono de Arzila e Alcácer Ceguer, os esforços dos portugueses no Norte de África concentraram-se em Ceuta, Tânger e Mazagão, praças defendidas por robustas frentes abaluartadas, com bons acessos por mar. Mazagão será a que resistiu por mais tempo afeta à coroa portuguesa, mas, até ao seu abandono, a vila-fortaleza viveu em clima de estado de guerra e permanente conflito com os mouros, temendo constantemente o cerco. Dependente dos produtos que lhe chegavam desde a Metrópole, era habitual o estado de carência alimentar, devido à deficiência do reabastecimento por mar. Quando, em 1769, o marquês de Pombal ordenou a retirada dos portugueses, a situação na praça era crítica. Os portugueses resistiam com dificuldade face à pressão dos ataques dos mouros, que provavelmente teriam já provocado um certo grau de destruição na estrutura defensiva. Ao retirar, os portugueses minaram e fizeram explodir algumas zonas da fortaleza, causando-lhe graves danos. Em 1769, a estrutura da praça corresponderia, em grande parte, à estrutura construída no século XVI – sendo provável que apresentasse marcas dos danos causados por dois séculos de conflito –, mas foi a ação de destruição realizada pelos portugueses que lhe causou os fortes danos que ainda hoje podemos confirmar em certas zonas da fortificação. As cortinas e baluartes da frente poente/terrestre sofreram o maior grau de destruição.

Em 1821, sob as ordens de Sidi Mohammed Ben Ettayeb, deu-se início às obras de reconstrução da muralha e da vila, que se encontrava em ruínas. Uma análise

Edifício do castelo da cisterna e Torre do Rebate (adaptada a minarete no século XIX)
Foto: João Barros Matos





A vila-fortaleza
(vista parcial)
Foto: João Barros
Matos

detalhada da construção existente, nomeadamente de alguns elementos particulares, como as canhoneiras, permite-nos identificar as secções que correspondem às obras de reconstrução nas diferentes zonas da fortaleza. Pela tipologia, dimensão e qualidade dos materiais, são identificáveis com clareza os elementos que pertencem e que não pertencem à estrutura original. Os trabalhos de reconstrução terão sido desenvolvidos em diferentes momentos, ao longo de algumas décadas, e realizaram-se em praticamente toda a fortaleza, excluindo a cortina sul, a cortina norte e o interior dos baluartes. Parte dos trabalhos de reconstrução foram executados ainda a pensar em fins militares, tendo aqui sido instalada uma guarnição. A partir de meados do século XIX, no exterior do perímetro fortificado, começou a desenvolver-se a cidade de El Jadida e foi atulhado o fosso junto à fachada poente/terrestre. No início do século XX, o conjunto apresentaria uma morfologia próxima da que podemos encontrar hoje, mas mantinha ainda o fosso frente à fachada norte - atulhado na segunda década do século - e a praia junto ao fosso sul.

A escolha de Benedetto da Ravena para autor do projeto da fortaleza constitui só por si um marco de mudança, na procura dos métodos mais avançados de concepção de estruturas fortificadas. O arquiteto propôs um projeto inovador, baseado num sistema de frentes abaluartadas, onde foi introduzido o baluarte pentagonal, assegurando uma defesa integrada, com fogo rasante e cruzado, de proteção entre baluartes e cortinas. Projetada de raiz, a vila-fortaleza foi pensada como um todo. A definição da escala do perímetro fortificado

estava diretamente relacionada com a dimensão da estrutura urbana interior e com o número de pessoas adequado à sua defesa, procurando assegurar um elevado grau de autosustentabilidade. A morfologia do perímetro fortificado parece partir de uma forma regular, retangular, que foi modelada e transformada de modo a melhor adaptar-se ao terreno e melhor responder às necessidades defensivas. A implantação definida estava diretamente relacionada com o preexistente castelo manuelino, que passou a constituir o centro geométrico de todo o conjunto. Avançada sobre o mar, foi criada uma zona de desembarque, acessível a embarcações de grande porte. Para que este porto assegurasse as melhores condições de utilização, grande parte do perímetro fortificado foi construído já dentro do mar. Naturalmente, a implantação estaria ainda relacionada com as próprias características do terreno e com um equilíbrio do esforço de construção. A definição do perímetro mais para o lado da terra implicaria um maior trabalho de abertura de fossos na rocha e, mais dentro do mar, o aumento da dificuldade de construção das muralhas, assim como do risco da sua destruição.

O recinto fortificado era constituído, essencialmente, por cinco baluartes - quatro deles existentes - unidos por espessas cortinas, abrindo-se, na fachada marítima, uma pequena calheta. As robustas cortinas estavam preparadas para resistir a impactos de artilharia grossa, sendo o perfil do reparo constituído por um expressivo terrapleno, com as escarpas exterior e interior em alvenaria de pedra rebocada e a plataforma superior em terra batida. A transição entre a escarpa

exterior, ligeiramente inclinada, e o pano do parapeito, mais vertical, foi realizada apenas por uma diferença de ângulo, não existindo qualquer tipo de cordão. A superfície superior dos reparos possui uma cota, entre cinco e sete metros, acima do nível da vila. Todo o perímetro fortificado era cercado por água, através do fosso e do próprio mar. Durante os trabalhos de reconstrução de meados do século XIX, sobre a escarpa interior, no limite interno das plataformas, foram construídos muros que separavam física e visualmente a plataforma do reparo da estrutura urbana interior. Hoje, apenas na zona junto à Porta do Mar existe contacto visual direto com a malha urbana no interior da praça. As cortinas sul e norte conservam as características da construção de 1541, não tendo sofrido alterações significativas ao longo dos séculos e correspondendo claramente a uma tipologia de transição. São cortinas quebradas – com o objetivo de ampliar o ângulo de campo de tiro –, o que marca fortemente a morfologia do conjunto. Com uma largura total próxima dos onze metros, os reparos são constituídos por plataformas com cerca de oito metros de largura, e parapeitos com cerca de três metros e trinta de espessura, onde se localizam robustas canhoneiras. Frente à cortina sul, existe ainda hoje o fosso, o que nos permite apreciar esta estrutura com a escala e imponência originais. A cortina poente/terra era composta pelos dois troços entre baluartes. Esses troços não possuíam canhoneiras, localizando-se estas apenas nos baluartes. Com os seus três baluartes originais, esta frente apresentava semelhanças com a frente sul da Fortaleza de Basso, em Florença, construída poucos anos antes, em 1534, por Antonio da Sangallo. Esta foi a frente que sofreu maior destruição, quando do abandono da praça, tendo sido muito danificados os baluartes do Governador, de Santo António e do Santo Espírito, assim como o reparo. Nas obras do século XIX e início do XX, após a demolição do que restava do Baluarte do Governador, foram construídos muros sobre as ruínas da fachada, que conferiram ao conjunto uma altura constante. As faces dos baluartes de Santo António e do Santo Espírito passaram a estar integradas na cortina. No interior, sobre os destroços do reparo, foram construídos alguns edifícios de habitação. Após o atulhamento do fosso, em que toda a fachada ficou parcialmente enterrada, abriram-se novas portas. Foi aplicado, em toda a superfície, um reboco que confere certa homogeneidade a esta fachada, de aspecto incaracterístico. Na cortina nascente/mar, ao abrigo dos ventos atlânticos, protegida e escondida em relação a terra, a calheta assegurava proteção e segurança ao desembarque, e abastecimento através da Porta da Ribeira. Junto ao Baluarte



Canhoneira portuguesa na frente sul (desenhada e construída em pedra calcária)
Foto: João Barros Matos

do Anjo existia uma torreta e uma canhoneira, para proteção da calheta. Esta é a única frente onde os baluartes não possuíam flancos nem canhoneiras baixas. A espessura do parapeito, assim como a largura do próprio reparo, com cerca de seis metros, é muito inferior à das restantes cortinas. Com o inimigo do lado de terra, o uso de artilharia pesada estava previsto apenas para a defesa da calheta, sendo as canhoneiras existentes posteriores à presença portuguesa.

Segundo a *Planta* de c.1721, os baluartes possuem plataformas terraplanadas, sobre as quais existem ou existiram diversas construções. Alguns possuíam dois níveis de plataformas, uma com uma cota ligeiramente superior à do reparo e outra mais alta, onde se concentravam as canhoneiras, distribuídas pelas faces e flancos. No interior dos baluartes, a um nível inferior, localizavam-se casamatas com canhoneiras inferiores sobre o fosso. Todos os baluartes possuíam orelhões curvos encabeçados por torreta, provavelmente coberta por abóbada, com frestas de observação e tiro. Cada baluarte possuía ainda um pequeno paiol, para uso em tempo de guerra. O Baluarte do Governador, também chamado Baluarte de Nossa Senhora, assegurava a entrada na fortaleza pelo lado de terra. A estrutura interna era composta por um primeiro compartimento, onde existia uma canhoneira inferior, sobre o fosso, no flanco em direção ao Baluarte de Santo António, e um outro compartimento, que antecedia a entrada na praça, por debaixo do reparo. Da plataforma do reparo, subia-se por uma rampa central para a plataforma do baluarte, onde se localizavam as canhoneiras e, junto ao flanco norte, existia o orelhão com torreta. O baluarte terá sido minado pelos portugueses, ficando muito destruído. Após o atulhamento do fosso poente, a entrada no conjunto fazia-se ainda através da estrutura que restava do baluarte, que terá sido demolida por volta do início do século XX. O Baluarte de Santo António, conhecido também como Baluarte de São Jorge ou Baluarte de D. Diogo, possuía ângulo flanqueado em bico e dois

flancos com orelhões curvos e torreta. Apresenta hoje uma morfologia exterior muito alterada em relação à construção inicial. Terá sofrido graves danos por parte dos portugueses, reconhecendo-se ainda elementos da estrutura original, como algumas canhoneiras superiores e o flanco voltado para o Baluarte de São Sebastião, com orelhão curvo, torreta e canhoneira a nível inferior. No nível inferior, o interior do baluarte mantém a estrutura original, constituída por duas casamatas ligadas entre si, com canhoneiras voltadas sobre os flancos e acesso desde o interior da praça, através de um corredor. Existe ainda uma ligação à Porta da Traição, estrutura relativamente bem conservada. As casamatas possuem abertura no teto, através da qual se realizaria a ventilação necessária. O Baluarte de São Sebastião, ou Baluarte do Norte, é o único que mantém o seu ângulo flanqueado em bico, com cunhal ligeiramente arredondado. O baluarte possui um único flanco, voltado a poente, onde se localiza o orelhão curvo com torreta e a canhoneira inferior. Do lado do mar, a face do baluarte encontra-se no prolongamento da cortina, fazendo com ela um ligeiro ângulo. O espaço interior do baluarte, onde se localizava o paiol, aparenta não ter sofrido alterações significativas em relação à estrutura original. É constituído por uma casamata, com canhoneira voltada sobre o flanco poente, fazendo-se o acesso através de escada e corredor, já ao nível do interior da praça. Sobre o baluarte existia uma plataforma mais elevada em relação ao reparo, cujo acesso se fazia por rampa junto à face do baluarte, voltada para o lado do mar. A intervenção do século XIX, nesta plataforma, reformulou o acesso, que passou a realizar-se por rampa desde o meio da plataforma, tendo sido abertas novas canhoneiras, voltadas para o lado do mar. O Baluarte do Anjo, também denominado como Baluarte de Santiago, é constituído por um torreão redondo, com uma tipologia ainda com características do período inicial de transição.

A estrutura existente encontra-se em relativo bom estado, conservando a sua morfologia com um único flanco, voltado a poente, e mantendo o orelhão curvo, a torreta e a canhoneira a nível inferior, embora entaipada. A torreta, cilíndrica, com acesso desde a plataforma do baluarte, possui um diâmetro de cerca de três metros e meio, três frestas de observação e tiro e foi, provavelmente, coberta por abóbada de tijolo. O espaço interior do baluarte é o mais reduzido de todos, limitando-se à escada e corredor até à canhoneira inferior, com uma porta ligeiramente acima do nível do fosso. O acesso à plataforma superior do torreão, antes realizado por rampa junto à cortina do lado do mar, após as intervenções do século XIX, passou a fazer-se por uma rampa construída no meio do baluarte, no local onde

existiu a Capela de Nossa Senhora do Pilar. O Baluarte do Espírito Santo, também chamado Baluarte do Serrão ou Baluarte do Combate, possuía ângulo flanqueado em bico, dois orelhões curvos e uma plataforma mais alta com acesso desde o reparo através de uma rampa central, onde se concentrava a maior quantidade de canhoneiras. O baluarte terá sido minado pelos portugueses, o que lhe causou profundos estragos, encontrando-se hoje muito desfigurado. A estrutura interna, que era constituída por duas casamatas independentes, encontra-se em ruína, sem qualquer utilização, sendo o acesso realizado desde o exterior do recinto através da abertura que corresponde à antiga canhoneira inferior, no flanco voltado para o Baluarte do Governador. Reconhecem-se ainda as pedras de calcário que constituíam esta canhoneira.

O sistema de portas da fortaleza manteve-se sem sofrer alterações significativas durante todo o período de presença dos portugueses. O conjunto de portas do Baluarte do Governador, que constituía a entrada principal na praça, desapareceu com a destruição deste baluarte, restando apenas os vestígios da cantaria de uma das suas portas. A Porta da Traição, junto ao Balu-

Muralha virada ao mar
Foto: Rui Ochoa
Acervo: FCG

Ângulo do Baluarte de São Sebastião
Foto: João Barros Matos



arte de Santo António, constituída por arco de volta perfeita, em cantaria de pedra calcária, integra-se num conjunto com antecâmara, defendida por canhoneiras, que mantém grande parte da estrutura primitiva. A Porta dos Bois, na fachada norte, junto ao ângulo da cortina, é constituída por um arco em tijolo maciço com alguns elementos de pedra calcária. Durante a construção da fortaleza, terá servido para fazer entrar o material retirado da abertura do fosso, aplicado na realização do terrapleno dos reparos e baluartes (notícia que acompanha a *Planta* de 1611). A porta foi encerrada durante o cerco de 1562, e assim permaneceu até ao século XX, quando, após o enchimento do fosso, foi reaberta. A Porta da Ribeira, junto à calheta, era a única porta voltada para o mar, através da qual a fortificação era reabastecida. Com arco de volta perfeita, em cantaria de pedra calcária, possui uma pequena antecâmara, com a espessura do reparo, que antecede o acesso ao interior da fortificação – espaço, agora, ocupado por uma padaria. A Porta do Mar, no final da Rua da Carreira, é um arco de volta perfeita, em cantaria de pedra calcária, com cerca de sete metros de largura por quatro e meio de altura e a espessura completa do reparo, numa zona em que este é particularmente largo. Abrindo-se diretamente para o interior da fortificação, sem qualquer antecâmara, este arco claramente não corresponde à tipologia da fortaleza. Também as plantas de 1611 e a de c.1720 são claras quanto ao facto de esta porta não existir.

Por outro lado, o tipo de pedra, a qualidade do aparelho e da própria construção são características que correspondem ao tipo de construção realizado de origem pelos portugueses, não se identificando com as intervenções marroquinas de meados do século XIX. Não encontrando referências em relação à origem da porta, somos levados a supor que esta foi construída de origem em 1542, como um arco estrutural, conservado aberto durante o período de construção da fortaleza e da vila. Através desta abertura era possível a entrada de pequenas embarcações dentro do perímetro fortificado, com uma ligação direta à Rua da Carreira, a principal via de ligação e distribuição no interior da praça. Com os principais trabalhos de construção concluídos, o arco foi encerrado e à sua frente, no interior da praça, foram construídos alguns edifícios. Após 1821, estes edifícios foram demolidos, sendo prolongada a Rua da Carreira, e a porta foi reaberta, num processo que apresenta semelhanças com o que vai suceder à Porta dos Bois. O sistema de acessos do nível da praça à plataforma do reparo, que se terá mantido durante a presença portuguesa, sofreu alterações significativas após 1821. Na construção inicial existiam cinco acessos à plataforma do reparo: uma rampa e uma escada a meio

da frente marítima, na zona da calheta, uma rampa a meio da cortina norte, uma escada a meio da frente sul e outra a meio da frente terrestre, junto ao Baluarte do Governador. Destes, a escada da calheta é o único acesso que mantém a localização.

As canhoneiras superiores existentes, sobre baluartes e cortinas, dividem-se em duas diferentes tipologias, que correspondem essencialmente a dois momentos de construção: as canhoneiras de pedra calcária, correspondentes à construção de 1541, e as canhoneiras de arenito, correspondentes à intervenção de meados do século XIX. As canhoneiras de origem portuguesa são facilmente identificáveis. De construção robusta e sólida, em pedra aparelhada com uma esteiotomia de desenho rigoroso e sofisticado e dimensões consideráveis, possuem um parapeito bastante largo, normalmente à volta de três metros e trinta centímetros, com merlão de perfil arredondado, inclinado para o exterior. As canhoneiras de nível inferior, abertas sobre o fosso nos flancos dos baluartes, eram igualmente construídas em cantaria de pedra calcária aparelhada, robustas e de grandes dimensões.

A defesa da fortificação era complementada pelo conjunto de obras exteriores, entre as quais o fosso, os revelins, o caminho coberto e os molhes. De acordo com a *Planta* de 1611, o fosso, integralmente escavado na rocha, possuía uma largura entre catorze metros, frente ao Baluarte de São Sebastião, e trinta e sete metros frente às cortinas norte e sul, bem como uma profundidade aproximada de quatro metros e quarenta, permitindo a circulação de embarcações.

A experiência inovadora de Mazagão, constituindo um momento determinante na evolução da fortificação, irá ter uma presença marcante nas construções realizadas durante os anos que se seguem em vários pontos do mundo, como é o caso de Ceuta ou de Diu, fortalezas com robustas frentes abaluartadas e baluartes em ângulo. (JBM)

ARQUITETURA RELIGIOSA

> IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

Após a conclusão do perímetro fortificado, os esforços da coroa concentraram-se, durante os anos seguintes, na continuação das obras exteriores e na construção dos edifícios da vila. Pensado como um todo, o plano do conjunto define um núcleo de edifícios públicos, símbolos de poder que sobressaem pela sua escala e localização, e uma malha urbana contínua, de quarteiros predominantemente constituídos por edifícios de habitação, com logradouro e horta. Junto à entrada da vila, definindo a praça de armas, concentravam-se os principais edifícios públicos: o já abordado edifício



da Cisterna, o Palácio do Governador e a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção.

Esta igreja, dedicada à antiga padroeira da vila, foi construída na segunda metade do século XVI. É um edifício de planta retangular implantado segundo a direção mar/terra, que estrutura o conjunto. Com a cabeceira voltada a oriente, o seu alçado lateral constitui uma das frentes da praça de armas. A frontaria da igreja apresenta, ainda hoje, um desenho com estrutura seiscentista, onde podemos encontrar semelhanças com Santo André de Mântua de Alberti. Durante o século XIX, foi demolida a parte superior da torre quadrangular da igreja e construíram-se algumas lojas frente à fachada principal, que viriam a ser demolidas em 1916. Já depois de 1916, a torre preexistente foi acrescentada, dando origem à torre atual, com características desadequadas em relação à construção portuguesa. No interior da igreja, como disse Vergílio Correia, “o arco da capela-mor é do tipo característico do fim do século XV, o aro rebordado de uma moldura que depois de ter indicado os ângulos na parte inferior se interrompe, num corte seco, na aresta viva da ombreira. As arcadas laterais são todas abrangidas superiormente por um único caixilho retangular numa disposição também usual nos séculos XVI e XVII”. Após 1821, o interior foi ocupado por particulares e adaptado às suas necessidades. Ainda durante o protetorado francês, o edifício recuperou a função de igreja católica. Durante os últi-

mos anos tem permanecido encerrado, realizando-se trabalhos arqueológicos no seu interior. (JBM)

> OUTRAS EDIFICAÇÕES

Do restante conjunto de edifícios religiosos correspondentes à presença portuguesa, restam hoje apenas alguns vestígios, escassos e pontuais, como acontece em relação à Igreja da Luz. Estes edifícios, alguns dos quais capelas de dimensões muito reduzidas, foram construídos ao longo dos anos em diferentes zonas do conjunto. Um primeiro edifício religioso terá existido em Mazagão ainda em 1514, dele não se conhecendo vestígios. Em 1615, a vila possuía quatro igrejas e duas ermidas: a Igreja Matriz, a Igreja de Nossa Senhora da Luz, a Igreja da Misericórdia, a Igreja de São Sebastião, a Ermida de Santo António do Socorro e a Ermida do Anjo da Guarda. Tendo como fonte os documentos gráficos existentes, podemos enumerar as construções religiosas existentes nas últimas décadas de presença portuguesa: a Igreja Matriz; a Igreja de Nossa Senhora da Luz, junto ao Baluarte do Espírito Santo, com corpo de nave única e capela-mor retangular, anexa à qual se encontrava a Capela da Nossa Senhora da Piedade; a Igreja da Misericórdia, junto ao Hospital, inserida no edifício da Cisterna; a Igreja de São Sebastião, inserida num quarteirão perto da Porta da Ribeira; a Ermida de Santo António do Socorro, posteriormente denominada Ermida de Nossa Senhora da Penha de França, sobre o Baluarte de Santo António, junto da residência dos padres; a Ermida do Anjo da Guarda, posteriormente designada por Ermida de Nossa Senhora do Pilar, localizada sobre o Baluarte do Anjo; a Ermida de Nossa Senhora da Nazaré, inserida num quarteirão perto da Rampa da Calheta; a Ermida de Santa Cruz, inserida num quarteirão frente à Rampa dos Bois; a Ermida de São José, junto à Porta da Ribeira; e a Ermida de São João Batista, junto ao poço, na proximidade do Baluarte de Santo António. Após 1769, apenas a Igreja Matriz foi mantida, tendo todos os restantes edifícios sido destruídos ou sujeitos a profundas alterações e reintegrados no tecido urbano. (JBM)

EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

> PALÁCIO DO GOVERNADOR

O Palácio do Governador, que antes já se referiu como um dos principais edifícios públicos, terá sido um edifício de desenho erudito e boa construção, voltado para a praça de armas, incluindo uma escadaria exterior (> imagem na página seguinte), de acesso ao primeiro piso, na fachada principal. Frente ao palácio, no terreiro, localizava-se o chafariz, e nas suas trasei-

ras existia um jardim que se prolongava até à zona do poço, junto à entrada do Baluarte de Santo António. O edifício terá sido parcialmente destruído em 1769 e demolido durante as obras de século XIX, para a construção da atual mesquita. (JBM)

HABITAÇÃO

A arquitetura civil do período de presença portuguesa era constituída essencialmente por pequenos edifícios de habitação, em parcelas individuais, com logradouro e horta, organizados nos quarteirões que definiam o tecido urbano. Após 1769, muitos destes edifícios foram destruídos ou sujeitos a profundas alterações. Abandonados durante as décadas que se seguiram à retirada portuguesa, ao longo dos séculos XIX e XX foram alvo de repetidas obras de transformação e adaptação. Hoje, na malha urbana existente, são escassos e pouco fiáveis os vestígios que podemos reconhecer como elementos ou tipologias de construção portuguesa, como é o caso de alguns elementos decorativos atribuíveis aos séculos XVII ou XVIII. Sabemos, no entanto, que grande parte das paredes e outras estruturas que constituem hoje estes edifícios são de construção portuguesa, tendo sido transformadas e apropriadas ao longo dos anos, segundo as necessidades e a cultura dos novos habitantes. (JBM)



Vestígios da porta anterior da antecâmara de acesso ao Baluarte do Governador, sob o reparo
Foto: João Barros Matos



Conjunto edificado
Foto: Francisco Sousa Lobo

Palácio do Governador (escadaria de acesso ao primeiro piso)
Foto: João Barros Matos



BIBLIOGRAFIA: AA.VV., *Mazagão. Património edificado de origem portuguesa. Catálogo de exposição*, Porto, 2001; Amaral, Augusto Ferreira do, *História de Mazagão*, Lisboa, 1989; Amaral, Augusto Ferreira do, *Mazagão, a epopeia Portuguesa em Marrocos*, Lisboa, 2007; Correia, Vergílio, *Lugares dalém: Azemôr, Mazagão, Çafim*, Lisboa, 1923; Cunha, Luís Maria do Couto de Albuquerque da, *Memórias para a história da praça de Mazagão*, Lisboa, 1864; Dornelas, Afonso de, "A Praça de Mazagão", *História e Genealogia*, Lisboa, vol. I, 1913; Dornelas, Afonso de, "Edifícios e ruas de Mazagão", *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, n.º 18, 1932; Dornelas, Afonso de, *Mazagão breves notícias, história e genealogia*, Lisboa, n.º 2, 1914; Farinha, António Dias, *História de Mazagão durante o período Filipino*, Lisboa, 1970; Farinha, António Dias, *Plantas de Mazagão e Larache no início do século XVII*, Série separatas, n.º 87, Lisboa, 1987; Goulven, Joseph, *La Place de Mazagan sous la domination portugaise (1502-1769)*, Paris, 1917; Mascarenhas, D. Jorge, *Descrição da Fortaleza de Mazagão*, Lisboa, 1916; Matos, João Barros, *A Fortaleza de Mazagão: bases para uma proposta de recuperação e valorização*, tese de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico, Universidade de Évora, 2001; Mendonça, Agostinho de Gavy de, *História do cerco de Mazagão*, Lisboa, 1890; Mouline, Saïd, *Repères de la mémoire - El Jadida*, Rabat, 1996; Moreira, Rafael, "Arquitectura: Renascimento e Classicismo" *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, Lisboa, vol. II, 1995, pp. 327-331; Moreira, Rafael, *A Construção de Mazagão, Cartas inéditas 1541-1542*, Lisboa, 2001; Pimenta, Belisário, "Descrição da Fortaleza de Mazagão", *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. X, 1917; Ricard, Robert, *Un document portugais sur la Place de Mazagan du début du XVII Siècle*, Paris, 1932; Ricard, Robert, "La plaza Portuguesa de Mazagan en el siglo XVII", *Al Andalus*, Madrid, XXVI, 1961; Ricard, Robert, *Mazagan et le Maroc sous le règne du Sultan Moulay Zidan (1608, 1627)*, Paris, 1956; Veiga, Raul da Silva, *Documentos referentes ao governo da Praça de Mazagão 1758-1796*, Coimbra, 1982.